

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

REDES E ALTERNATIVAS

Carolina Tavares Oliveira Borges
Boletim Gaúcho de Geografia, 30: 101-105, out., 2006.

Versão online disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37487/24233>

Publicado por
Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - out., 2006

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

REDES E ALTERNATIVAS

Carolina Tavares Oliveira Borges¹

O livro agrupa alguns dos mais importantes artigos produzidos pelo professor Tomás R. Villasante durante a década de 1990: “Redes clientelares e emancipações”, “Entre o tango, o samba e a salsa”, “Redes de comunicação: globais e locais”, “Redes e sociopraxis”, “Sintomas/paradigmas e estilos éticos/criativos”, “Como tornar as cidades sustentáveis?”, “Alternativas para um terceiro setor”, “Quatro redes para viver melhor”. São discussões que nos direcionam para as práticas sociais, desde uma crítica das metodologias mais comuns até a investigação participante, porém insistindo nos fundamentos da sociopraxis. A análise das redes é feita no sentido crítico inter-relacionando os seus resultados e suas muitas potencialidades e revela-se uma importante contribuição para sistematizar vários enfoques que foram verificados sobre a prática em várias investigações. Entre a teoria e a prática, são discutidas as democracias participativas, o trabalho solidário, as metodologias instituintes e outras.

É relevante destacar que nos prólogos são relatadas experiências brasileiras onde os pesquisadores fazem uma breve descrição dos resultados de seus trabalhos além de salientar o caráter de continuidade no processo de inclusão social através das redes estabelecidas entre os sujeitos. Também manifestam a estreita conexão com os estudos desenvolvidos pelo autor.

Em “Redes clientelares e emancipações”, o autor manifesta a dependência entre prática e teoria e salienta que na segunda só há sentido se contemplar as “exigências” da primeira. Para o autor, os movimentos sociais atualmente necessitam de novas exigências metodológicas, pois seus problemas devem ser enfocados a partir de novas perspectivas, destacando três aberturas de método: 1) movimentos sindicais e operários – perspectivas vermelhas e negras; 2) movimentos de libertação de gênero e étnicos – perspectivas lilases e negras; e 3) movimentos cidadãos e ambientalistas – perspectivas verdes e negras. Estas três aberturas teórico-metodológicas

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRGS – carolina_tob@yahoo.com.br

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA	PORTO ALEGRE	N.º 30	P. 101-105	OUT. 2006
-----------------------------------	--------------	--------	------------	-----------

necessitam articularem-se entre si para operacionalizarem-se, além de fazer uma autocrítica teórica de seus fundamentos radicais.

É discutido o princípio patriarcal, forjado na autoridade marcando um modelo de conduta a ser imitado uniformemente e que reproduz os medos e tabus na formação do “eu” ou do “nós”, é transferido ao governo, o qual encarna, para grande parte da população as “representações de imagens do poder”, através de seus representantes. Nas redes clientelares, alguns indivíduos beneficiam-se desse medo-distanciamento das pessoas diante do poder, aproveitando-se de seus contatos exclusivos para conseguir coisas do pai-governo. Ultrapassar a lógica patriarcal, a partir das rupturas cotidianas, é um caminho à emancipação.

Em “Entre o tango, o samba e a salsa”, o autor expõe que a superação do medo individual é construída na ação coletiva. Discute o papel das mulheres (e seus filhos) no embate frente ao patriarcalismo e na conseqüente produção de redes de confiança que, por sua vez, vêm gerar mobilizações.

Com exemplos simples, o autor diferencia “construções populares” de “corporativismos”, como no seguinte caso: “que um bairro se oponha a que instalem um posto de gasolina em um terreiro de candomblé não é o mesmo que uma mobilização cultural de toda a cidade em solidariedade com a cultura de raiz negra” (p. 63).

Ao final do capítulo, o autor destaca o comprometimento que deve haver entre as investigações realizadas e as questões realmente vividas pelos movimentos em questão.

Sobre “Redes de comunicação: globais e locais”, destaca a importante análise na relação dialética entre global e local na dinâmica do mercado, onde a informação global materializa-se no consumo local. O autor demonstra sua preocupação sobre como os meios de informação e comunicação “maquiam” as dificuldades cotidianas na tentativa de homogeneizar as diferentes realidades reprimindo potencialidades presentes no local (quando a velocidade da comunicação impõe-se sobre a velocidade do deslocamento, configura-se o “contrário da democracia” que pressupõe discussão).

A respeito de “Redes e sociopraxis”, destaca que cada pessoa deve conscientizar-se, através do trabalho e da política, que vale mais utilizar sua autonomia para interesses coletivos solidários do que para ações individuais e/ ou isoladas, salientando que nos estudos das redes

o importante é entender que a complexidade de contradições/ paradoxos entre umas redes e outras, longe de ser intransponível, é, precisamente o melhor caldo de cultura onde também podem aparecer novos conjuntos de ação que agrupem de outra maneira os interesses de uma sociedade para um tema concreto (p. 101).

Conforme o autor, o autodiagnóstico é muito mais relevante que o academicismo exageradamente técnico ao qual a análise das redes é muitas vezes submetida.

O capítulo é concluído com a apresentação de passos/ conhecimentos para a estruturação das redes e/ ou movimentos sociais: sintomas, reconstrução, projetos e práxis.

Com a intenção de operacionalizar o debate, em “Sintomas/ paradigmas e estilos éticos/ criativos”, é exposto um esquema com quatro colunas: na coluna 1 e na 4 estão, respectivamente, os sintomas apresentados pelos próprios movimentos e os exemplos práticos por onde já caminham – sintomas: 1) sempre há um espaço geográfico (habitat) em que se fazem as coisas (habitar); 2) e se realizam (trabalhar) com economia de tempo (ter); 3) com relações (poder) de estratégias sociais (potencializar); 4) em processos culturais (crer) em que as idéias se cruzam e abrem novas experiências (criar). Os exemplos concretos seriam: Fóruns Cívicos, MST, Orçamento Participativo e Programações de Ações Integrais (PAI). Na coluna 2 e na 3 estão, respectivamente, as propostas de discussões de paradigmas/ epistemes e de estratégias/ estilos que responderão às questões práticas e operativas que viabilizarão a transformação social. “Complexidade e redes”, onde as relações ou formas das complexidades são mais importantes que os próprios tamanhos de uns e outros, “são processos onde aceitamos ser uma parte que se dinamiza com as outras e nos quais tentamos escolher não sermos arrastados pelo dominante, mas nos inserirmos nas mais complexas e criativas das redes” (p. 132); “Construções e dialéticas”, onde as (s) reivindicação (ões) por determinada ação converte-se em causa de outras ações. “Por isso tem-se que passar a dialéticas mais abertas, onde em cada bifurcação tenhamos que decidir com mais rigor e probabilidade como seguir abrindo novas escolhas e potencialidades” (p. 136), ou seja, adoção de estilos éticos, trazendo objetivos efetivos com a coerência para mudar o que somos; “Paradoxos e desbordes”, onde, por exemplo, a população, para solucionar problemas com delinquência, reivindica mais polícia, porém, em uma intervenção a polícia age com rigor indiscriminado e nada resolve. Portanto é melhor que essa polícia não volte. O paradoxo está posto: se por um lado querem a polícia, por outro não a querem. Então esta mesma população se vê obrigada a raciocinar de uma terceira forma: o que quer é outro tipo de polícia; “Analísadores e sociopraxis”, onde são os fatos que provocam as situações e os pontos de arranque aos quais se deve refletir e poder transformar as situações herdadas não só com a prática, mas com a reflexão sobre a prática.

A seguir, em “Como tornar as cidades sustentáveis?”, o autor aponta que a gestão da cidade deve ligar-se tanto com as empresas quanto com os cidadãos e suas organizações e que a cidade deve ser pensada de acordo com a sua realidade e não de forma genérica.

Por conta da violência, os ricos vivem cada vez fechados em suas fortalezas enquanto que os pobres encontram formas de protegerem-se em uma espécie de esquema de segurança paralelo. Os espaços para a socialização de informação tornam-se escassos e especializados e o mau aproveitamento energético com engarrafamentos, construção incessante de prédios para especulação, lixo em demasia, fazem com que os cidadãos queiram escapar das cidades. Com isso, o autor discute e analisa que, em decorrência dos diversos tempos e espaços presentes nas

idades, tais desperdícios, tanto de energia quanto de informação são favorecidos. Para minimizar esses efeitos, são propostos dois conceitos operativos, na tentativa de as pessoas se relacionarem de maneira mais próxima: ‘áreas de convivência e focos cidadãos’. Esses espaços de comunicação são fundamentais para a tomada de consciência, autocrítica da própria práxis e organização das pessoas na busca por uma cidade habitável no presente e possível para as gerações futuras (sustentabilidade).

Como “Alternativas para um terceiro setor”, o autor apresenta os quatro traços que foram definidos no Congresso Internacional de Movimentos Sociais (1993) e que caracterizam o horizonte dos movimentos sociais: ‘intencionalidade transformadora; democracia participativa; autonomia’ (independência) de formas de poder e organizações políticas; e *economia social* (rechaço à acumulação especulativa de capital). Deve ser estabelecido um equilíbrio entre Estado, Mercado e Associações de Cidadãos (movimentos sociais), que, atualmente, não existe. Reforçar o “cidadão” é tarefa primordial.

Como proposta econômica alternativa é apontada a “economia popular”, onde os agentes, para sua própria reprodução, dependem de seu próprio trabalho e onde a produção tem no valor de uso sua configuração predominante.

No capítulo “Quatro redes para viver melhor”, são reconstruídos alguns sintomas e algumas redes já presentes para propor as generalizações que levem a processos de viver-melhor. São apontados 4 sintomas para começar um processo: 1) agrupar o amplo campo do territorial (preocupação dos movimentos populares urbanos, ecologistas, etc); 2) exploração do trabalho (preocupação dos movimentos operários e camponeses); 3) as relações de poder (preocupação dos que são explorados por serem diferentes do modelo dominante); e 4) exploração de si mesmo, pelos medos transmitidos de geração a geração nos paralisando tanto pessoal e quanto coletivamente.

Em seguida, são apresentadas as redes que, segundo o autor, “constroem alternativas” desde o global até o local.

1) ‘Redes internacionais de pensamento/ ação’. Nessas redes há estilos e problemas em comum em todas as escalas de ação, como, por exemplo, meio ambiente, pobreza e direitos humanos, que se materializam em movimentos como o *Greenpeace*, fóruns contra a acumulação monetarista-especulativa (paralelos a grandes reuniões de organismos como o Fundo Monetário Internacional), Anistia Internacional. 2) ‘Redes regionais de economias populares solidárias’. Nelas os acordos entre o Estado, o mercado e o terceiro setor impulsionam economias locais ou regionais, que vão além de microempreendimentos. O Estado (regional ou local) desempenha sempre um papel importante para uma planificação muito participativa onde, por auto ou co-gestão, as decisões são tomadas com o terceiro setor civil e mesmo empresas locais (frente às

transnacionais) firmam estratégias com o terceiro setor e o governo. Um dos exemplos dessas redes é o Orçamento participativo de Porto Alegre. 3) ‘Redes associativas do terceiro setor e do terceiro sistema’. Se, por um lado, as redes internacionais, regionais e/ ou metropolitanas encontram na globalização neoliberal um meio adverso que dificulta sua consolidação e extensão, por outro, as experiências locais precisam de redes mais amplas para não ficar isoladas e sem perspectivas. Nesse sentido, as redes regionais e/ ou globais podem permitir às redes locais “transcender da sua constituição basicamente defensiva e muito concreta, voltada para algum problema do cotidiano, passando a uma visão mais ampla do desenvolvimento alternativo integral. Porém, ainda que o pensamento possa ser mais global, a ação tem que ter raízes muito locais” (p. 216). O poder do terceiro setor está na comunicação e, a partir daí, como as relações entre as várias redes do cotidiano no local vão se construindo na prática de todos os dias. 4) ‘Redes informais e condutas transversais’. Apesar de o individualismo ser tema discutido reiteradamente, as decisões são tomadas a partir da “rede de comunicação” por onde o indivíduo se move. O autor coloca que, por sua experiência, pode-se deduzir que “em cada sujeito, coexistem diversas redes de identificação (...)” (p. 222). Importa mais poder refletir sobre a prática de cada um do que qual é a sua identidade. A partir da prática é que se pode tornar a conduta que será adotada mais “criativa e operativa”.

O autor finaliza o capítulo e o livro manifestando que a construção de resistências às explorações as quais estamos submetidos é possível a partir da conjugação das diversas redes e também que é compromisso de todos tecer alguma rede para viver melhor.

Referência

VILLASANTE, Tomás.R. **Redes e alternativas** – Estratégias e estilos criativos na complexidade social. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 245p. ISBN 85.326.2665-3.